

Jornalista pede que Constituinte seja unicameral

Os jornalistas brasileiros, ao término da XV Conferência Nacional, realizada no período de 26 a 29 de setembro, divulgaram a Carta do Rio de Janeiro, documento em que se posicionam a favor de uma Assembleia Constituinte unicameral, eleita exclusivamente para essa finalidade, com a participação, inclusive, de candidatos não filiados a partidos políticos. A classe também manifesta repúdio à existência da Comissão de Estudos Constitucionais, reivindicando a sua dissolução.

A dívida externa também é preocupação dos jornalistas que recomendam ao Governo da Nova República um levantamento criterioso sobre a origem da dívida externa brasileira, ao mesmo tempo em que pedem uma negociação com os credores que não resulte em mais sacrifícios para o povo brasileiro.

A trimestralidade é defendida pela Classe como o caminho natural para a manutenção do poder aquisitivo do assalariado.

Os jornalistas ainda na conferência discutiram e têm para apresentar às autoridades um novo projeto de lei para a regulamentação da profissão que val "garantir à sociedade o acesso à informação correta, à interpretação isenta e à opinião fundamentada". O Código de Ética, também aprovado no encontro, "assegura a subordinação do trabalho jornalístico aos deveres profissionais para com a sociedade", diz a carta.

Lyra vê utopia na proposta da CNBB e OAB

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, considerou ontem "irrealista e utópica" a proposta defendida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de convocação de um Congresso específico para fins constituintes.

Ele posicionou-se também contrário à criação de uma comissão parlamentar que legisle ordinariamente — em substituição ao Congresso — ao mesmo tempo que funcione a Constituinte com delegados eleitos com esta finalidade. Segundo Lyra, esta proposta privilegiaria um grupo de deputados e senadores em detrimento da maioria.

— A OAB e a CNBB estão defendendo uma posição totalmente irrealista. A impressão que tenho é a de que não estão acompanhando o processo político brasileiro. Pela própria atipicidade da convocação desta Constituinte — realizada com o Congresso em funcionamento, ao contrário dos demais exemplos históricos — ela deve ser convocada através do Congresso.

Ulysses tenta evitar o desgaste

O deputado Ulysses Guimarães revelou ontem que vai conversar com todas as lideranças de bancadas a fim de buscar uma fórmula de convocação da Assembleia Constituinte que atenda, ao mesmo tempo, às entidades representativas da sociedade civil e ao Congresso, evitando um confronto que é considerado indesejável.

O presidente do PMDB confirmou que uma das fórmulas em exame é a eleição dos deputados e senadores, a 15 de novembro de 86, para elaborarem a nova Constituição. Uma vez terminado o trabalho seria realizado um referendo para que o eleitorado confirmasse ou não os constituintes como congressistas.

REUNIÃO

Ulysses e o presidente do Senado, José Fragelli, comandaram uma reunião, na noite de anteontem, na residência oficial do presidente da Câmara dos Deputados, com a participação dos deputados Flávio Bierrembach (PMDB-SP) e Cássio Gonçalves, relatores das comissões que examinam respectivamente a convocação da Constituinte e a devolução de prerrogativas do Congresso — além do líder Pimenta da Veiga (o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, não pôde comparecer).

Bierrembach, como relator da comissão mista que estuda a emenda Sarney convocando a Assembleia Constituinte, fez relato a Ulysses e a Fragelli dos contatos que manteve até aqui. Disse que, numa reunião com 70 representantes da comunidade jurídica de São Paulo, constatou que todos, futuro Congresso.

Acrescentou o deputado paulista que, das 16 personalidades que prestaram depoimento pe-

rante a comissão mista que examina a emenda Sarney, apenas os professores Afonso Arinos e Paulo Brossard manifestaram opinião contrária à tese da Constituinte autônoma. Todas as entidades representativas da sociedade civil — OAB, ABI, CNBB — reclamam uma Constituinte autônoma, igualmente.

— O Congresso, infelizmente, está desprestigiado, desgastado perante a opinião pública — afirmou Bierrembach, admitindo, todavia, que a reação dentro do Congresso é francamente contrária à sua ideia de eleição de delegados-constituintes, independentemente dos congressistas, o que inviabiliza a aprovação de qualquer proposição pelo Legislativo.

CONCILIAÇÃO

O deputado Cássio Gonçalves, que também esteve presente à reunião da noite de anteontem, na residência oficial do presidente da Câmara dos Deputados, disse que "o grande esforço de todos deve ser dirigido agora para encontrar uma fórmula que concilie as posições da sociedade civil com o desejo de participação do Congresso".

O deputado Flávio Bierrembach foi quem apresentou ao deputado Ulysses Guimarães sugestão no sentido de que deputados e senadores eleitos em 86, ao final do seu trabalho, submetam-se a um referendo a fim de que o eleitorado confirme se serão ou não os futuros congressistas.

Até o final desta semana, Bierrembach planeja manter conversações com as lideranças de todos os partidos e membros da comissão mista a fim de tentar o encontro de uma fórmula que evite a abertura "de um fosso maior entre o Congresso e as entidades representativas da sociedade civil".

Pimenta prevê uma vitória fácil

O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, previu ontem que a emenda do Governo, convocando a Assembleia Constituinte será aprovada por ampla maioria e negou a existência de um impasse entre as posições do governo e do relator da proposta, Flávio Bierrembach (PMDB-SP).

— Não existe nenhum impasse. Passamos o dia de ontem reunidos com o deputado Bierrembach, que demonstrou uma grande compreensão, um grande desejo em avaliar a vontade da sociedade — disse Pimenta.

Depois de reafirmar que Bierrembach tem o direito de fazer o relatório como quiser e que cabe ao Congresso decidir soberanamente sobre a emenda, o líder do PMDB assinalou que as mudanças introduzidas na proposta original poderão ser votadas através de destaques.

Ele informou que não existe, entre os parlamentares, qualquer tendência favorável a uma Assembleia Constituinte autônoma, sem vinculação com o Congresso, e destacou como

idéias em debate eleições separadas para parlamentares e governadores, a criação de uma comissão que se encarregaria da legislação ordinária e a questão dos delegados constituintes.

TRAMITAÇÃO RÁPIDA

Por sua vez, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, informou que a orientação de Sarney é para que a Aliança apresse a tramitação da emenda, a fim de permitir a sua votação ainda este mês.

— O Presidente quer a votação com a maior presteza — comentou.

Sobre a criação de uma comissão, que funcionaria paralelamente à Constituinte e examinaria a legislação ordinária, Chiarelli salientou que a ideia do Governo é de que o próprio Congresso atenda a todos os encargos.

— Seria apenas uma questão de horário de trabalho — observou — um problema mais trabalhista do que constitucional.